

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Habitação, Infância e Adolescência

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2726/2017
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2017

Homologo e Adjudico a licitação realizada através do pregão eletrônico n.º 001/2017, processo administrativo nº 2726/2017 a favor da Empresa PORTO PRINCEPE VEICULOS LTDA-EPP., CNPJ/MF: 07.990.465/0001-86, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços especializados para locação de veículos com motoristas para atender diversas unidades socioassistenciais do município de São Gonçalo, prazo de vigência 05 de maio de 2017 a 04 de maio de 2018, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos, na forma do Art. 57, I §§ 1º e 2º da Lei Federal 8.666/93., no valor global de R\$ 1.699.200,00 (Hum milhão, seiscentos e noventa e nove mil e duzentos reais), para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

São Gonçalo, 05 de maio de 2017.

MARLOS LUIZ DE ARAÚJO COSTA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Habitação, Infância e Adolescência

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO.
Objeto: Celebração de Termo de Fomento objetivando o repasse financeiro de recursos para manutenção de serviços assistenciais, notadamente proteção e amparo a crianças e adolescentes enquadrados no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e serviço de convivência e fortalecimento dos vínculos, bem como desenvolvimento de programas e ações de Proteção Social e Especial de parcerias para desenvolvimento de programas e ações de Proteção Especial de Média Complexidade para atendimento de crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, e a capacitação dos usuários visando inclusão social, valorização do ser humano, de sua família e da comunidade local com efetiva melhoria de qualidade de vida.

Instituição interessada:

Instituto Cidadania Necessária - ICN

CONSIDERANDO que o artigo 203 da Constituição Federal de 1988 determina que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

CONSIDERANDO que a Constituição, no art. 204 impõe que as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: a descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas das esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social determina em seu Capítulo III – Da Organização e da Gestão, no artigo Compete aos Municípios destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil; atender às ações assistenciais de caráter de emergência; prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 desta lei co-financiar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local; realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

CONSIDERANDO que apesar dos esforços realizados pelo Município visando cumprir seu dever constitucional e legal com a assistência social, a demanda existente ainda não é totalmente atendida.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 30, inciso VI da Lei 13.019 de julho de 2014, que exige, em regra, a realização de chamamento público, procedimento destinado a selecionar organizações da sociedade civil para firmar parcerias que envolvam a transferência de recursos financeiros (arts. 24 e 35, I), tendo, no entanto, ressalvado hipóteses em que o administrador público pode prescindir do procedimento de seleção, tais como atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da referida política (art. 30, inc. VI)

CONSIDERANDO que as instituições conveniadas listadas no preâmbulo atuam em parceria com a Municipalidade há muitos anos, estando, portanto, previamente credenciadas;

DECLARO A DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO para a celebração de Termos de Fomento com as organizações da sociedade civil, tendo por objeto o atendimento na Proteção Básica e Serviços de Convivência Familiar e Comunitária, mediante a transferência de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, tornando pública esta justificativa, que poderá ser impugnada, no prazo de 5 (dias), a contar de sua publicação, nesta data, nos termos do artigo 32 da citada Lei Federal nº 13.019/2014.

São Gonçalo, 16 de maio de 2017.

MARLOS LUIZ DE ARAÚJO COSTA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Habitação, Infância e Adolescência

FUNASG

PORTARIA PRES Nº 014/2017

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63 da Lei Orgânica do Município e pelo Decreto nº. 001, de 02 de janeiro de 2014, **RESOLVE**:

Nomear, a partir de 15 de maio de 2017, em virtude da habilitação obtida em Concurso Público, homologado em 13 de abril de 2015, a candidata classificada conforme relação abaixo:

CARGO: ENFERMEIRO

Classificação	Inscrição	Candidato	Nota Final
6º	148.750-7	Isabela Barboza Da Silva Tavares Amaral	74,00

São Gonçalo, RJ, 15 de maio de 2017.

CLAUDIA T. S. BRANDÃO

Presidente da FUNASG

PORTARIA PRES Nº. 015/2017

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63 da Lei Orgânica do Município e pelo Decreto nº. 001, de 02 de janeiro de 2014, **RESOLVE**:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Sindicância para apurar os fatos narrados nos Processos Administrativos nºs. 243 e 247/FUNASG/2017;

Art. 2º - Designar os seguintes servidores para compor a Comissão acima:

Presidente - Viviane Matos Gonzalez Perez – Matrícula 18.839,

Membros - Fernando José Cardoso – Matrícula 14.464 e

Carlos Alfredo de Brito - Matrícula 40.013

Art. 3º - O prazo da Sindicância começa a correr a partir da data da publicação no Diário Oficial e não ultrapassará 30 (trinta) dias, não fazendo jus a quaisquer pagamentos a título de jeton.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Gonçalo, 15 de maio de 2017.

CLAUDIA T. S. BRANDÃO

Presidente da FUNASG

CMAS